

Corrupção preocupa países

por Wladimir Gramacho
de Brasília

O governo quer instalar no Brasil uma agência mundial de combate à corrupção. A proposta foi formalizada dias atrás, em Pequim, pela delegação brasileira que foi à VII Conferência Internacional sobre Medidas Anti-Corrupção. "Além disso, queremos incentivar cursos de formação de técnicos especializados no assunto e produzir um relatório anual sobre a situação da corrupção no mundo", defende o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, que também chefiou a delegação.

Oficialmente, a proposta ainda será levada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, mas já há um consenso no Ministério da Justiça, incentivado pelo próprio

ministro Nelson Jobim, de que é necessário implementar medidas mais ousadas para combater a corrupção. "O encontro em Pequim foi o primeiro em que todos os 160 países participantes admitiram que têm problemas desse tipo", avalia Gregori.

Meses atrás, Pequim foi palco de um episódio trágico que mostra a conotação que esse crime vem assumindo na China. Denunciado, julgado e condenado por corrupção, o vice-prefeito da capital, Wang Baushen, se suicidou antes de ser levado à prisão. Segundo um funcionário da embaixada chinesa em Brasília, Baushen foi "condenado pela própria consciência".

A conferência em Pequim reuniu cerca de 600 participantes de 160 nações. Segundo a secretária de Justiça,

Sandra Valle, durante o encontro (ocorrido entre 4 e 10 de outubro) o governo chinês promoveu uma intensa campanha publicitária demonstrando a preocupação do presidente Jian G Zemin com a questão. A secretária integrou a delegação brasileira ao lado de José Gregori e do diplomata Roberto Ardengue.

Durante a conferência em Pequim, foram muito criticadas as legislações da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão sobre o imposto sobre a renda. Segundo Sandra Valle, as regras de declaração de rendimentos nesses países possuem uma fonte denominada "comissão". O mecanismo permite que dinheiro de qualquer origem seja formal e legalmente incorporado à renda dos contribuintes, explica a secretária.

Para ela, uma das principais dificuldades dos governos em todo o mundo é tipificar a corrupção na legislação penal.

Na experiência recente do Brasil, a única iniciativa semelhante foi tomada no governo Itamar Franco, que instalou uma comissão de investigação coordenada pelo então ministro e general Romildo Canhim. Seu principal objetivo era avançar sobre assuntos em que a CPI do Orçamento não havia conseguido provas suficientes para denunciar possíveis culpados. Depois de seis meses de investigações, a comissão produziu um código de ética para o funcionalismo, mas não foi muito além sobre os maiores focos de corrupção instalados no governo.